

Seminário Nacional 20 anos da ACD

“Breve resgate desde a 1a. dívida junto ao banco da Inglaterra e o papel do BIS, FMI e Banco Mundial na geração de dívida ilegítima.”

**Orlando Osar
Saulo Arcangeli**



Tópicos

- Dívida Pública na Colônia, Império e República (1500-1963);
- Dívida Pública na Ditadura Militar (1964 – 1985);
- Dívida Pública na “Nova República” (1985-dias atuais);

A dívida pública no Brasil

Colônia/Império/República (1500-1963)

- **DIVIDA EXTERNA**

- No período de 1761 até 1780, a escrituração apontava *déficits* anuais superiores a \$100 Contos, tendo se elevado a dívida pública, naquele último ano, a mais de \$1.200 Contos. Sob a ameaça de um colapso econômico, D. João VI, ao ter conhecimento da situação, determinou o pagamento das dívidas apuradas e de outras que venceram no período, por meio da emissão de apólices emitidas a juros de 5%, dando assim, início ao ciclo da dívida pública brasileira (Bouças, 1950).
- A “independência” política do Brasil apresenta como base as dívidas contraídas em Londres pela Casa Real Portuguesa. O Primeiro Império teve que assumir a obrigação de liquidar essas dívidas.
- Assim, teve origem o primeiro empréstimo externo, no total de *l* 3.686.200\$ (três milhões, seiscentas e oitenta e seis mil e duzentas libras esterlinas) lançado em 1824, aos juros de 5% e ao tipo 81 (isto é, para cada 100 libras esterlinas emprestadas, o tomador do empréstimo receberia apenas 81 libras.).

A dívida pública no Brasil Colônia/Império/República (1500-1963)

- O Brasil chega ao período republicano “com a longa lista de empréstimos externos realizados no regime passado já quase resgatada [...]”. Dezesseis empréstimos externos foram celebrados até o fim do Império.
- A República tachou em circulação os compromissos de dívida de 1883, 1888 e 1889 – Taxas 5%aa (Prazo>50anos) - £ 68.191.900.
- Após o primeiro empréstimo, em 1824, já no mesmo ano o Brasil negociava junto a financistas ingleses um novo empréstimo, no montante de £3.000.000 (3 milhões de libras esterlinas, sendo que 2/3 desse valor foram contratados junto à família Nathan Mayer Rothschild.

A dívida pública no Brasil República (1889-1963)

- **DIVIDA INTERNA**
 - Crise de credibilidade - longo período de suspensão do resgate dos títulos em circulação (1839-1889);
 - Elevada fragmentação da dívida - diversidade de instrumentos com prazos e taxas de juros distintos;
 - Títulos nominativos, com transferências, burocraticamente complicadas... dificultavam qualquer tipo de negociação e a liquidez da dívida interna;

A dívida pública no Brasil República (1889-1963)

- **DIVIDA INTERNA**

- 1ª consolidação da República - 1902 - tentou resolver o problema de alta fragmentação da dívida;
- Entre 1902 e 1956 (ano de nova consolidação) - 145 autorizações - elevada despadronização - As taxas de juros de 3% a 7% a.a.
- finalidades diversas: cobertura de déficits orçamentários; recolhimento de papel-moeda; financiamento de obras específicas e serviços essenciais; aquisição de ativos fixos ou empresas; e pagamento de empréstimos compulsórios;

A dívida pública no Brasil República (1889-1963)

- **DIVIDA EXTERNA**

- Rápidos endividamentos – com contribuição de estados e alguns municípios – ausência de tributação eficaz – economia baseada em commodities e desvalorização da moeda;
- Duas Moratórias(1898 e 1914) com subsequente renegociação (Funding loans);
- Acordo permanente em 1943 (equacionou o pagamento do serviço da dívida externa contraída até 1931) e reduziram em quase 50% do saldo da dívida externa em circulação.
- Decretos 6.019/1943, e 6.410/1944, conhecido como “Plano Souza Costa” incluía toda a dívida externa brasileira, inclusive a dos estados e municípios. Para atender aos compromissos de pagamentos imediatos assumidos nessa negociação, o Governo Federal foi autorizado a lançar mão de um empréstimo interno, nos termos do Decreto-Lei nº 7.253, de 18 de janeiro de 1945.



A dívida pública no pós-regime militar

1985-dias atuais: o avanço do neoliberalismo e da ultradireita no país

- As cartas de Intenções do governo Brasileiro com o FMI(1983 e 1984) já demonstram o papel que o Brasil desempenhava para garantir ajuste fiscal e pagamento das obrigações com o sistema da dívida.
- Em 1986, já no governo Sarney, que inaugurou a “Nova República”, criou-se a Secretaria do Tesouro Nacional(STN) que teria o papel de centralizar o controle dos gastos públicos. O Decreto nº 94.443/1987 determinou a transferência das atividades relativas à colocação e ao resgate da dívida pública para o Ministério da Fazenda, onde essa função ficou a cargo da STN;
- Os memorandos de Modernização e Ajustamento com o FMI(1988-1989-1990-1991) apresentam mecanismos de conversão da dívida externa, desembolsos de valores do BID , Banco Mundial e demais credores, além de um processo amplo de privatizações, conforme orientação do fundo.



A dívida pública no pós-regime militar

1985-dias atuais: o avanço do neoliberalismo e da ultradireita no país

- Em 1991, no governo Collor, com a inflação ascendente e dificuldade para emissão de LTNs, dada à baixa credibilidade do governo por conta do congelamento de ativos representado pelo Plano Collor, o Banco Central optou por criar o Bônus do Banco Central (BBC), instituído pela Resolução nº 1.780, de 21/12/1990. Nos primeiros meses de 1991, apenas esse título era ofertado ao público.(Pedras, p. 65);
- Uma das iniciativas do governo foram as privatizações, cujas receitas contribuíram para abater parte da dívida, sendo que a primeira onda de privatizações envolveu leilões nos quais vários tipos de dívida pública foram aceitos como pagamento.



A dívida pública no pós-regime militar

1985-dias atuais: o avanço do neoliberalismo e da ultradireita no país

- Em 1994, no governo Fernando Henrique Cardoso, foi lançado o Plano Real. Em 1996, apenas LTNs de seis meses de prazo passaram a ser ofertadas em mercado. Os prazos desses títulos continuaram a ser elevados até que, ao final de 1997, o Tesouro Nacional conseguiu colocar em mercado títulos prefixados com dois anos de prazo;
- Em novembro de 1995, foi instituído o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional). O Banco Central financiou e deu incentivos fiscais a bancos ditos “saudáveis” para comprarem bancos “falidos”. A parte boa ficava com o banqueiro que recebeu dinheiro do Banco Central e investimentos fiscais para compra-la e a parte ruim ficava com o Banco Central.
- No ano seguinte, veio PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária) baixado pela MP nº 1.514/1996, que objetivava privatizar a parte boa dos bancos estaduais (ativos ou bens), ficando o passivo (dívidas, encargos e obrigações) com os Estados e refinar a dívida dos estados, mediante critérios abusivos (financeiros e políticocartilha da dívida, 2018, p. 18-21);
- Em 1997 o Banco Central do Brasil passa a ser acionista do BIS , banco privado criado desde 1930, que atua como um banco para bancos centrais para “garantir” a manutenção da estabilidade monetária e financeira e fomentar a cooperação internacional nessas áreas de interesse.

A dívida pública no pós-regime militar

1985-dias atuais: o avanço do neoliberalismo e da ultradireita no país

- Nos protocolos de Intenções, Memorandos Técnicos de Entendimento e de Política Econômica (1999-2001) mantem-se a política do FMI: metas inflacionárias, reformas fiscais estruturais etc., cumprindo o acordo “Stand By”, aprovado pela diretoria do fundo em 1998;
- Em 2003, já no governo LULA, foram emitidos, pela primeira vez, títulos prefixados mais longos, com pagamentos de cupons periódicos de juros (NTN-F), criados em 1991. A Emenda Constitucional número 40/2003 redefiniu o sistema financeiro nacional. A regulamentação da Constituição Federal de 1988 e da Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003 nunca ocorreram, conforme denuncia a Auditoria Cidadã da Dívida. (cartilha da dívida , 2018, p. 17)
- Em 2004, o GP Investimentos criou a **Equatorial** Energia, que comprou o controle da **Cemar** por apenas **1 real**, mesmo com o pedido para sua federalização;
- Em fevereiro de 2004, o Banco do Estado do Maranhão foi “doador” pelo Governo Roseana Sarney ao Bradesco, com o aval do governo LULA. Na época, o Governo do Estado gastou R\$ 333 milhões para sanear as contas do BEM, vendendo-o, em seguida, por R\$ 78 milhões;

A dívida pública no pós-regime militar

1985-dias atuais: o avanço do neoliberalismo e da ultradireita no país

- Em dezembro de 2005, o governo pagou US\$ 15,5 bilhões ao FMI e antecipou, em 2016, o pagamento da dívida remanescente com o Clube de Paris no valor de US\$ 1,7 bilhão. Para pagar a dívida de US\$ 15,5 bilhões ao FMI, o Brasil utilizou dólares de reservas internacionais, constituídas às custas de emissão de títulos da dívida interna. Os juros da dívida com o FMI eram de 4% ao ano, enquanto os juros dos títulos da dívida na época eram de cerca de 19% ao ano.(cartilha da dívida, 2018)
- Nesse mesmo ano, o governo daria mais um passo no sentido de estimular o alongamento e a prefixação da dívida, qual seja, a isenção de Imposto de Renda sobre ganhos de capital para investidores estrangeiros, via edição da Medida Provisória nº 281, posteriormente convertida na Lei nº 11.312, de 27/06/2006;
- Quanto à composição, ainda em 2006, o país emitiu mais um instrumento denominado em reais, com prazo de 15 anos de vencimento (o BRL 2022), montando o segundo ponto da curva externa em moeda local no ano(o primeiro foi o BRL 16). No ano seguinte, emitiu-se, em quatro oportunidades, o BRL 2028, título em reais com vinte anos de prazo. Dessa forma, o Brasil terminou 2007 com um estoque de cerca de R\$ 10,2 bilhões em títulos externos em moeda local;



A dívida pública no pós-regime militar

1985-dias atuais: o avanço do neoliberalismo e da ultradireita no país

- Em 2007, ajudado pela demanda dos investidores estrangeiros, o Tesouro Nacional emitiu o primeiro título prefixado com prazo de dez anos, a NTN-F 2017, representando um marco na gestão da dívida pública. Conforme Pedras(2011, p. 68), “ao longo de todo o ano, esse título foi emitido regularmente nos leilões semanais”.
- A partir desse ano, iniciou-se programa, agora em caráter permanente, de recompra dos títulos da dívida externa. Até o final de 2007, foram recomprados US\$ 5,4 bilhões, representando 12,2% do estoque da dívida externa.

A dívida pública no pós-regime militar

1985-dias atuais: o avanço do neoliberalismo e da ultradireita no país

- Em 2015, no governo Dilma, a dívida interna cresceu R\$ 732 bilhões em apenas 11 meses (BCB, 2016), enquanto os investimentos federais ficaram restritos a apenas R\$ 9,6 bilhões. Apesar disso, o lucro dos bancos atingiu R\$ 96 bilhões (BCB, 2019^a), conforme aponta Fatorelli e Menezes(2020, p. 516);
- No âmbito dos Estados, a Lei Complementar 159/2017 impôs drástico ajuste fiscal em troca de moratória no pagamento da dívida dos Estados à União, a qual decorre de refinanciamento feito no final da década de 1990, nos moldes exigidos pelo FMI, em condições abusivas, de tal forma que os Estados já pagaram mais de 3 (três) vezes o valor refinanciado, tiveram que privatizar suas empresas públicas, e mesmo assim, a dívida está quintuplicada em relação ao valor original. (Fatorelli e Menezes, 2020, p. 517);
- Em relação à DRU (Desvinculação de Receitas da União) , o Congresso Nacional, em 2016, ampliaram de 20 para 30 por cento o percentual e criaram a DREM (Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios), para que governadores e prefeitos possam retirar 30 por cento das verbas vinculadas por lei (da saúde, previdência e assistência social, dentre outras fontes), especialmente para pagamento de juros e “amortizações” da dívida pública.

A dívida pública no pós-regime militar

1985-dias atuais: o avanço do neoliberalismo e da ultradireita no país

- O Governo Temer aprofunda e acelera as medidas de ajuste fiscal, ou seja, medidas duras de cortes dos gastos e investimentos sociais, em nome do dito “equilíbrio” do orçamento do governo. Podemos citar a EC 95/2016;
- No governo Bolsonaro, ocorreram a aprovação da PEC 10 e da Pec 186. Foram emendas constitucionais aprovadas para encher o Bolso dos banqueiros e atacar os trabalhadores;
- Em 2020, conforme dados do SIAFI, foram destinados à dívida pública 39,08% do Orçamento Geral da União, ou seja, R\$ 1,381 trilhão. Conforme a Auditoria Cidadã da Dívida, mesmo com tanto dinheiro para a pagamento da dívida(juros e amortizações), a dívida interna passou para **R\$ 6.691.938.784.495** e a dívida externa alcançou **US\$ 551.672.806.893**.
- **PL 3877/2020, plp 9248/17, PLP 19/19, PLP 112/19, Pec 32, Reforma Tributária**

A dívida pública no pós-regime militar

Para Reflexão :

- ✓ Por que não se faz uma auditoria da Dívida Pública do Brasil, prevista na própria Constituição Federal, no art. 26, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que determinou que “no prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro”.
- ✓ Por que, sempre que é aprovada uma decisão congressional nesse sentido, o presidente de plantão veta?
- ✓ A dependência do Brasil com o FMI, Banco Mundial, BIS e demais instituições financeiras internacionais.
- ✓ Por que tanto dinheiro para banqueiro(40% do orçamento) e o Brasil amplia sua desigualdade social?
- ✓ Por que um auxílio emergencial para os trabalhadores e um auxílio permanente para banqueiros e empresários?

Referências

Auditoria Cidadã da Dívida. **Cartilha Dívida Pública : Que dívida é essa? Como ela afeta a sua vida?**. Brasília, 2018.

Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional . **Dívida pública : A experiência brasileira**. Capítulo I : Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. Autor : Silva, Anderson Caputo e Capítulo II : História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais. Autor: Pedras, Guilherme Binato Villela. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2009.

Fatorelli, Maria Lúcia; Filho, Antônio Gonçalves; Gomes, José Menezes; Júnior, Osmar Gomes de Alencar. **Sistema da dívida pública, a contrarreforma da previdência e o risco para a seguridade social**. Revista de Políticas Públicas/UFMA. São Luís, 2020.

Garselaz, Paulo da Silva. **Dívida Pública : uma abordagem teórica, um relato histórico e o caso do Rio Grande do Sul**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRS, Porto Alegre, 2000.

Simoès, Daniel. Endereço do canal : <http://canaldanielsimoès.blogspot.com/2021/06/cebri-centro-brasileiro-de-relacoes.html>

Ziliotto, Guilherme Antônio. **Dois séculos de Dívida Pública: A história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004)**. Editora Unesp. São Paulo, 2011.



Obrigado!